

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 3



Atena
Editora

Ano 2019

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 3

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E78 O essencial da arquitetura e urbanismo 3 [recurso eletrônico] /
Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (SP):
Atena Editora, 2019. – (O Essencial da Arquitetura e Urbanismo;
v. 3)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-2654
DOI 10.22533/at.ed.654191704

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins,
Bianca Camargo. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nos dias de hoje, é muito discutido o papel social da Arquitetura e do Urbanismo. Por muitos anos, o papel social foi interpretado apenas como a arquitetura específica para as camadas populacionais de menor renda, sem acesso ao mercado formal de moradias – e de arquitetura. Porém, com a crise urbana em que vivemos atualmente, onde grandes parcelas da população não tem acesso às “benesses” do espaço urbano, essa discussão voltou à tona.

Muito mais do que levar a arquitetura para os mais necessitados, devemos reinventar nossa prática profissional para sermos os agentes transformadores da sociedade atual e enfrentarmos os desafios, sociais, políticos e econômicos que estamos vivenciando diariamente em nossas cidades.

Esta edição de “O Essencial de Arquitetura e Urbanismo 2” apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e urbanismo, como: arquitetura, ensino, conforto ambiental, paisagismo, preservação do patrimônio cultural, planejamento urbano e tecnologia. Assim, busca trazer ao leitor novos conceitos e novas reflexões para a prática da arquitetura e do urbanismo.

Neste contexto, é abordada desde as metodologias pedagógicas ativas a serem utilizadas no ambiente escolar até a compatibilização de projetos com o uso da Metodologia BIM (Building Information Modeling). A acessibilidade é abordada a partir de diversas perspectivas: desde um edifício isolado até a acessibilidade de uma cidade, evidenciando a importância da discussão nos dias de hoje. Cabe destacar também os estudos de análise de edificações culturais e de cenografia de exposições e performances. A relação da cidade com o seu patrimônio cultural é tratada em diversos capítulos, desde a gestão patrimonial até a utilização de cemitérios como espaços de memória – uma iniciativa prática que demonstra que a arquitetura, assim como a cultura, está em todos os lugares. Dou ênfase também à importância dada ao patrimônio imaterial, tema de extrema relevância e que é, muitas vezes, desvalorizado pelo poder público.

A discussão sobre a dinâmica dos espaços urbanos é extensa e deveras frutífera. Nesta edição, os capítulos focam na importância da arborização urbana para o bem estar da população, na participação popular nas discussões sobre a cidade, na problemática da existência de vazios urbanos em áreas urbanas consolidadas, nas estratégias de *city marketing*, na cidade global e demais temas que comprovam a multiplicidade de questões e formas de análise que envolvem a discussão sobre a vida urbana.

Por fim, são apresentados estudos sobre novas tecnologias e materiais voltados ao desenvolvimento sustentável, especialmente no tocante à gestão de resíduos da construção civil e à mitigação de riscos e desastres.

Convido você a aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir com os temas aqui abordados. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PRESERVAÇÃO E RUÍNA UMA BREVE LEITURA DOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA A PARTIR DO SKYLINE DA CIDADE DE SALVADOR	
Ana Licks Almeida Ariadne Moraes Silva Márcia Maria Couto Mello	
DOI 10.22533/at.ed.6541917041	
CAPÍTULO 2	18
ESTUDO METODOLÓGICO DE REABILITAÇÃO URBANA: A DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA CIDADE DE JOINVILLE-SC	
Maria Luiza Daniel Bonett Raquel Weiss	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042	
CAPÍTULO 3	39
QUARTA NATUREZA : UMA NOVA PAUTA NO PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
Simone Back Prochnow Silvio Belmonte de Abreu Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6541917043	
CAPÍTULO 4	54
ANÁLISE COMPARATIVA SEGUNDO AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE ENTRE A OCUPAÇÃO DAS CHÁCARAS SANTA LUZIA E A PROPOSTA PARA HABITAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DE BRASÍLIA	
Julia Cristina Bueno Miranda Liza Maria Souza de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.6541917044	
CAPÍTULO 5	73
CONFORTO TÉRMICO EM ESPAÇOS ABERTOS: O ESTADO DA ARTE DO <i>UNIVERSAL THERMAL CLIMATE INDEX - UTCI</i> NO BRASIL	
Thiago José Vieira Silva Simone Queiroz da Silveira Hirashima	
DOI 10.22533/at.ed.6541917045	
CAPÍTULO 6	83
PERCEPÇÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA DA CIDADE DE CALÇADO- PE, ATRAVÉS DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE 1988 AOS DIAS ATUAIS	
Raí Vinícius Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917046	
CAPÍTULO 7	95
PARQUE MACAMBIRA-ANICUNS: A CIDADE NO URBANO?	
Wilton de Araujo Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.6541917047	

CAPÍTULO 8	101
VAZIOS URBANOS NA CIDADE: A PRAÇA LEVI COELHO DA ROCHA	
Renata Bacelar Teixeira	
Sidney Diniz Silva	
Renata Silva Cirino	
DOI 10.22533/at.ed.6541917048	
CAPÍTULO 9	117
ESPAÇOS LIVRES NO TÉRREO DE UM CORREDOR URBANO	
Adilson Costa Macedo	
Jessica Lorellay Cuscan Guidoti	
DOI 10.22533/at.ed.6541917049	
CAPÍTULO 10	137
OCUPANDO O CAMPUS: INTERDISCIPLINARIDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ESPAÇO DA CIDADE	
Renata Bacelar Teixeira	
Ednei Soares	
Talita Queiroga	
DOI 10.22533/at.ed.65419170410	
CAPÍTULO 11	153
INSURGÊNCIAS URBANAS E FEMININAS COMO PRÁTICAS CORRELATAS PARA RESISTÊNCIA TERRITORIAL	
Carolina Guida Cardoso do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.65419170411	
CAPÍTULO 12	168
PARTICIPAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO: O PROCESSO DE DIÁLOGO SOBRE O “BERLINER MITTE” EM BERLIM	
César Henriques Matos e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65419170412	
CAPÍTULO 13	184
REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS EM FORTALEZA: ASSESSORIA TÉCNICA E MOBILIZAÇÃO POPULAR	
Gabriela de Azevedo Marques	
Marcela Monteiro dos Santos	
Thais Oliveira Ponte	
DOI 10.22533/at.ed.65419170413	
CAPÍTULO 14	200
ANÁLISE DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ/SP APÓS A EXTINÇÃO DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH)	
Janayna Priscilla Vieira Guimarães	
Pedro Renan Debiazi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170414	

CAPÍTULO 15	208
ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS EM ÁREA LIVRE PÚBLICA DE LAZER	
Herena Marina Schüler	
Jessie Tuani Caetano Cardoso	
Isabela Fernandes Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.65419170415	
CAPÍTULO 16	221
A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DA ACESSIBILIDADE NOS PLANOS URBANOS E DE MOBILIDADE	
Juan Pedro Moreno Delgado	
Jamile de Brito Lima	
Liniker de Jesus Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.65419170416	
CAPÍTULO 17	234
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE: ANÁLISE DE TRÊS ESPAÇOS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA – RS	
Zamara Ritter Balestrin,	
Alice Rodrigues Lautert	
Luis Guilherme Aita Pippi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170417	
CAPÍTULO 18	252
GERENCIAMENTO DE PROJETOS COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA	
Samira Alves dos Santos	
Emmanuel Paiva de Andrade	
Carina Zamberlan Flores	
DOI 10.22533/at.ed.65419170418	
CAPÍTULO 19	268
A “CIDADE GLOBAL” E A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO RESIDENCIAL NO QUADRANTE SUDOESTE DE SÃO PAULO DE 2008 A 2017	
Isabela Baracat de Almeida	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170419	
CAPÍTULO 20	281
A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA DE CITY MARKETING	
Tarciso Binoti Simas	
Sônia Le Cocq d’Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65419170420	
CAPÍTULO 21	297
A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: O POTENCIAL DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO GERENCIAMENTO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
Roberto Righi	
Maria Victoria Marchelli	
DOI 10.22533/at.ed.65419170421	

CAPÍTULO 22	312
NOVOS CONCEITOS X ANTIGOS PROBLEMAS: AS CIDADES INTELIGENTES E A INFORMALIDADE URBANA	
Giselle Carvalho Leal Rafael Soares Simão Adriana Marques Rossetto	
DOI 10.22533/at.ed.65419170422	
CAPÍTULO 23	327
PODERES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AEROPORTOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO: UM PANORAMA PARCIAL, DE 2006 A 2017	
Paulo Sergio Ramos Pinto Marcos Thadeu Queiroz Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.65419170423	
CAPÍTULO 24	350
URBANISMO RURAL, UMA UTOPIA NÃO REALIZADA	
Giselle Fernandes de Pinho Evandro Ziggianti Monteiro Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina	
DOI 10.22533/at.ed.65419170424	
CAPÍTULO 25	366
COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS COM METODOLOGIA BIM EM PERSPECTIVA: ESTUDO DE CASO DA APLICAÇÃO EM UM EDIFÍCIO REAL	
Eveline Nunes Possignolo Costa Geraldo Donizetti de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.65419170425	
CAPÍTULO 26	374
COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÕES: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O MÉTODO TRADICIONAL (2D) E A FERRAMENTA BIM	
Figueiredo, L. L. H., Mariano, L. N. Neto, L. S. C. Resende, L. G. S.	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042126	
CAPÍTULO 27	382
ANÁLISE DAS EQUAÇÕES UTILIZADAS PARA O DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO CONFORME NBR 7229 E NBR 13969	
Mario Tachini Abrahão Bernardo Rohden Renan Guimarães Pires Spernau	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042127	

CAPÍTULO 28	391
DESENVOLVIMENTO DE PLANILHA ELETRÔNICA PARA CÁLCULO DE ISOLAMENTO ACÚSTICO POR VIA AÉREA CONSIDERANDO A ENERGIA LATERAL	
Rafaela Benan Zara Paulo Fernando Soares	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042128	
CAPÍTULO 29	405
VALORES DE REFERÊNCIA PARA AS CLASSES DE RUÍDO PREVISTAS NA NORMA NBR 15575	
Brito, A. C. Sales, E. M. Aquilino, M. M. Akutsu, M.	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042129	
CAPÍTULO 30	411
OCORRÊNCIA DE BOLORES EM EDIFICAÇÕES: ESTUDO DE CASO EM HABITAÇÕES CONSTRUÍDAS COM PAREDES DE CONCRETÓ	
Thiago Martin Afonso Adriana Camargo de Brito Maria Akutsu	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042130	
CAPÍTULO 31	426
DESEMPENHO HIGROTÉRMICO DE PAREDES DE FACHADA POR MEIO DE SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL – ESTUDOS DE CASO	
Alexandre Cordeiro dos Santos Luciana Alves de Oliveira Osmar Hamilton Becere Júlio Cesar Sabatini de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042131	
CAPÍTULO 32	437
ADIÇÃO DE EVA E VERMICULITA EM ARGAMASSAS DE REVESTIMENTO: ANÁLISE DO DESEMPENHO TÉRMICO	
Francisco Ygor Moreira Menezes Sara Jamille Marques de Souza Felipe Fernandes Gonçalves Dielho Mariano Dantas de Moura Cicero Joelson Vieira Silva Robson Arruda dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042132	
CAPÍTULO 33	448
ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA FILOSOFIA LEAN GREEN CONSTRUCTION EM EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES DE PEQUENO PORTE	
Dayana Silva Moreira Gontijo Jhonvaldo de Carvalho Santana Andreia Alves do Prado	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042133	

CAPÍTULO 34	462
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO MODELO LEAN CONSTRUCTION EM CANTEIROS DE OBRAS RODOVIÁRIAS: ESTUDO DE CAMPO EM TRECHO DA BR 158	
Taíme da Cruz Oroski José Ilo Pereira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042134	
CAPÍTULO 35	469
APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE PERDAS E DANOS (D _A LA) NO BAIRRO VILA AMÉRICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ	
Tazio Guilherme Leme Cavalheiro Viadana Fernando Rocha Nogueira Alex Kenya Abiko	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042135	
CAPÍTULO 36	479
APLICAÇÃO DE CONCRETO PERMEÁVEL PARA A MITIGAÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES	
Loyane Luma Sousa Xavier Rafaela Cristina Amaral Abrahão Bernardo Rohden Esequiel Fernandes Teixeira Mesquita	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042136	
CAPÍTULO 37	494
ANÁLISE DA VIABILIDADE NA UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA/SP NA CONFECÇÃO DE BLOCOS DE VEDAÇÃO	
Fabiana Andresa da Silva Victor José dos Santos Baldan Javier Mazariegos Pablos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042137	
CAPÍTULO 38	508
ANÁLISE DOS ÍNDICES FÍSICOS DA CINZA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DA AREIA NATURAL	
Luana Cechin Marcio Leandro Consul de Oliveira Mariane Arruda Martins Olaf Graupmann	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042138	
SOBRE A ORGANIZADORA	516

ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS EM ÁREA LIVRE PÚBLICA DE LAZER

Herena Marina Schüler

Universidade Federal de Pelotas, Centro de Engenharias, Pelotas – Rio Grande do Sul

Jessie Tuani Caetano Cardoso

Universidade Federal de Pelotas, Centro de Engenharias, Pelotas – Rio Grande do Sul

Isabela Fernandes Andrade

Universidade Federal de Pelotas, Centro de Engenharias, Pelotas – Rio Grande do Sul

RESUMO: Este trabalho é resultado da pesquisa intitulada "Acessibilidade em Espaços Livres Públicos", do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Acessibilidade (NEPEA) da Universidade Federal de Pelotas. Seu objetivo é avaliar as condições de acessibilidade espacial sob o ponto de vista dos indivíduos idosos no Parque Dom Antônio Zattera, localizado na cidade de Pelotas – RS. A abordagem metodológica envolveu a aplicação de questionário online com o público alvo e entrevistas com os usuários no local de estudo. Os resultados demonstram que, apesar da grande necessidade de melhorias, os participantes se mostram acomodados com a situação atual, visto que não possuem obstáculos significativos na realização de suas tarefas. A partir do estudo, pode-se identificar a interação dos idosos com a área. Além disso, foram coletadas opiniões à respeito da

pavimentação, identificação visual, rampas de acesso e mobiliário urbano, como lixeiras e bancos, além das expectativas dos idosos em relação ao Parque.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade Espacial; Idoso; Área Livre; Lazer.

ABSTRACT: This work is a partial result of the research entitled "Accessibility in Free and Public Spaces" of the Center for Teaching, Research and Extension in Accessibility (NEPEA) of the Federal University of Pelotas. This research aims to evaluate the conditions of space accessibility under the point of view of elderly individuals in the Parque Dom Antônio Zattera, located in the city of Pelotas - RS. The methodological approach involved the application of an online questionnaire with the target audience and interviews with users at the study site. The results show that, in spite of the great need for improvements, the participants are comfortable with the current situation, since they do not have significant obstacles in the accomplishment of their tasks. From the study, we can identify the interaction of the elderly with the area and collected opinions about pavement, visual identification, access ramps and dumps and banks, and their expectations in relation to the Park.

KEYWORDS: Spatial accessibility; Elderly; Free area; Leisure.

1 | INTRODUÇÃO

As pessoas são diferentes entre si e cada indivíduo possui características próprias que variam em função da estatura, peso e sexo. Alguns desses indivíduos possuem limitações provenientes de genética ou acontecimentos do passado, como um acidente que possa ter gerado alguma deficiência (BINS ELY; DORNELES, 2006). Essa diversidade entre idosos é significativa segundo Dorneles e Bins Ely (2006), devido às modificações no organismo que alteram sua postura, estatura e mobilidade, conferindo a eles, muitas vezes, uma série de restrições, como físico-motoras e/ou sensoriais. Além disso, os idosos podem ser acometidos por limitações permanentes, podendo ser visual, auditiva, mental, física ou múltipla.

Idosos são indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos e segundo o 3º artigo da lei número 10.741 de 2003, deve-se “[...] assegurar aos idosos, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2003).

Acessibilidade, segundo Person (2006), além de estar relacionada com o ambiente, está também interligada com cidadania e igualdade. Para que isso ocorra, é necessário que o espaço público disponha de áreas de convívio e de circulação, as quais devem ser adequadas a todos os tipos de indivíduos. Cabe ressaltar que o projeto e a manutenção dos espaços livres públicos merecem uma atenção especial pelas funções de recreação que desempenham (BARTALINI, 1986).

Sendo assim, entende-se que os conceitos de acessibilidade têm por objetivo permitir que o indivíduo entenda o seu papel, interaja, desloque-se e participe das atividades que o meio na qual se encontra proporciona, de forma simples e o mais independentemente possível, incluindo áreas livres públicas de lazer.

Dentro desse contexto, torna-se fundamental a preocupação e as pesquisas que visem tornar o acesso a ambientes públicos possível para os mais diversos indivíduos. Entretanto, apesar do apoio constitucional, ainda é possível encontrar locais onde indivíduos com deficiência e/ou restrições tenham dificuldade ou impedimento para transitar e utilizar. Antigas edificações são constantemente lembradas devido à falta de preocupação com a inclusão na época de sua construção. No entanto, é comum encontrarmos áreas livres públicas que não seguem os padrões normativos para inclusão, como exemplo, prédios que abrigam atividades ligadas à prefeituras, hospitais e universidades.

A partir do exposto, o trabalho tem como objetivo avaliar as condições de acessibilidade espacial do Parque Dom Antônio Zattera (Figura 1), localizado no centro da cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, sob o ponto de vista de idosos.



Figura 1: Parque Dom Antônio Zattera

Fonte: Autoras (2018)

Para isto, primeiramente foi realizada uma revisão bibliográfica dos assuntos que cercam o tema. Em seguida, elaborou-se dois formulários similares, um na forma de questionário online com idosos e outro para aplicar na forma de entrevista com os idosos usuários que frequentam o objeto de estudo. Para a avaliação técnica foi realizada uma visita exploratória a fim identificar aspectos positivos e negativos do Parque e compará-los com a Norma Brasileira de Acessibilidade – NBR-9050 (2015). Por fim, fez-se análise dos resultados atingidos a partir das técnicas estabelecidas, onde pode-se identificar a interação dos idosos com a área a partir das opiniões apontadas nos questionários, a respeito da pavimentação, identificação visual, rampas de acesso, lixeiras e bancos, e suas expectativas em relação ao Parque.

2 | ACESSIBILIDADE ESPACIAL

A acessibilidade conforme a ABNT (2015, p.16) é definida como:

"a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida"

Acessibilidade espacial é a capacidade do indivíduo de compreender sua função, organização e relações com o espaço, tendo capacidade de realizar atividades de forma segura, confortável e independente (DISCHINGER, BINS ELY e PIARDI, 2012). Segundo as autoras, pode ser subdividida em quatro categorias: orientação, comunicação, deslocamento e uso.

A orientação espacial compreende a capacidade de um indivíduo de se localizar no ambiente, podendo identificar onde está e escolher meios alternativos para alcançar um destino e seus objetivos. Andrade (2016) destaca que "informação deve ser acessível a todas as pessoas", logo, o uso de diferentes linguagens e figuras é fundamental para que as informações não se limitem a um único grupo de usuários. Para isso, podem ser utilizadas informações de origem visual (placas e letreiros), tátil e sonora.

O deslocamento consiste na capacidade do indivíduo locomover-se em um determinado ambiente ao longo de percursos horizontais e verticais. Nessa categoria, são consideradas características como piso, calçadas, rampas e escadarias, devendo-se eliminar segundo Bins Ely e Dorneles (2006, p. 3) obstáculos.

A componente comunicação trata da possibilidade em obter e transmitir informação entre pessoas, entre pessoas e meio ambiente e entre pessoas e equipamentos de tecnologia assistiva.

O uso consiste na possibilidade do indivíduo participar das atividades relacionadas a um determinado ambiente e utilizar equipamentos, mobiliários e objetos do ambiente (BINS ELY e DORNELES, 2006, p. 3), como banheiros, telefones públicos, entre outros.

Sendo assim, os conceitos de acessibilidade como visto no exposto, tem por objetivo permitir que o indivíduo entenda o seu papel na sociedade, interaja, se desloque e participe das atividades que o meio proporciona, de forma simples e o mais independentemente possível.

3 | IDOSO

A idade que define o idoso está relacionada ao nível sócio-econômico de cada nação. Em países desenvolvidos, idoso é o indivíduo que possui idade a partir de 65 anos; já em países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, 60 anos ou mais (WHO, 2002, *apud* INAGAKI, YAMAGUCHI, KASSADA, MATSUDA E MARCON, 2008).

Atualmente, o envelhecimento faz parte da realidade da maioria das sociedades. Com isso, estima-se que, em 2050, existam cerca de dois bilhões de indivíduos com 60 anos ou mais no mundo, sendo a maioria, em países em desenvolvimento (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Não existe um idoso típico. Ao longo da vida, o ser humano perde gradativamente a audição, visão e movimentos em função do avanço da idade, assim como é comum sofrer com os resquícios de um acidente vascular cerebral (AVC), doenças cardíacas, respiratórias crônicas, câncer e demência. Entretanto, essas perdas e doenças são modificáveis, pois estão mais ligadas a eventos que ocorrem ao longo da vida do que com a própria idade cronológica (OMS, 2015).

Conforme o Ministério da Saúde (2006), o processo de envelhecimento pode ter seus efeitos minimizados através de uma vida mais saudável, sendo influenciado por

fatores como gênero, classe social, cultura, padrões de saúde individuais e coletivos da sociedade, dentre outros (SCHNEIDER e IRIGARAY 2008).

4 | O PARQUE DOM ANTONIO ZATTERA

A busca por espaços livres públicos no município de Pelotas foi iniciada no século XIX, quando surgiu a necessidade da implantação de chafarizes, utilizados como locais de abastecimento de água, além da ausência de locais para lazer da população (WERNER; MOREIRA, 2016, apud SILVA, 2017, p. 29). Nesse contexto, em 1875, na área central da cidade, foi criada a Praça General Câmara que, no ano de 1980, foi catalogado como Parque e, em 2000, renomeado para Parque Dom Antônio Zattera (SILVA, 2017, p. 30). Segundo a história, o local servia como rota de passagem para as Charqueadas e, antigamente, ali também já existiu um cemitério.

Localizado na área central de Pelotas/RS, entre as ruas Andrade Neves, Doutor Amarante, Av. Bento Gonçalves e Padre Anchieta, o Parque é aberto, de livre acesso e visitado por indivíduos das mais diversas classes e idades. Além de destacar-se por ser uma das maiores áreas verdes do centro da cidade, com 37.925m² (FLACH e BERDETE, 2016).

Segundo o IBGE (2018), em 2009 o Parque sofreu reformas de revitalização com o intuito de atrair a população. O local foi pavimentado, iluminado, recebeu bancos, lixeiras e um chafariz. Ainda, a quadra de esportes foi recuperada, assim como alguns monumentos e foram colocados bebedouros e bicicletário.

Atualmente são encontrados no Parque diversos monumentos históricos, além de edificações como a Academia Pelotense de Letras, banheiros públicos e a escola municipal Ruth Blanck, além de uma ampla infraestrutura para atividades de lazer, como: parque de diversões, pista de skate, quadra de futebol e playground (MONTELLI, 2007). Existe também uma academia de ginástica ao ar livre, instalada pela prefeitura e no entorno, aos sábados e domingos, funcionam, respectivamente, feira de hortifrutigranjeiros e feira de artesanatos, gerando grande fluxo de pessoas, atraídas pelo consumo, que acabam acessando o Parque (SILVA, 2017). Ainda, o autor afirma que características como circulação, lazer e conversas, prática de exercícios físicos, local de espera e contemplação, o que torna a área pública um local de destaque no contexto da cidade, além de sua ampla área física.

O local também costuma ser palco dos mais diversos eventos culturais e apresentações e é ponto de encontro da população em dias que ocorrem eventos cívicos no Altar da Pátria (SILVA, 2017).

5 | MÉTODOS E TÉCNICAS

A primeira etapa consistiu na aplicação de um questionário *online*, composto de 17 questões, para auxiliar na elaboração do perfil do usuário e avaliar a sua percepção com relação ao ambiente estudado. Ao confirmar o baixo alcance do método, por se tratar de um público pouco participativo em redes sociais (apenas 6 respostas), optou-se por adotar uma segunda técnica.

A segunda etapa consistiu em visitação ao local e entrevista com indivíduos acima de 60 anos no local estudado. Foram realizadas 26 entrevistas em diferentes turnos, em dias da semana alternados e nos finais de semana, com o intuito de ampliar o alcance da amostra.

Por fim, realizou-se uma visita exploratória, que contou com medições e registro fotográfico do local, para avaliação de conformidades e não-conformidades com a NBR 9050 (2015), referente a acessibilidade em espaços e utensílios urbanos.

6 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Satisfação dos Usuários

Observou-se, através da tabulação dos resultados, que os respondentes do questionário *online* possuíam idade, em média, entre 60 e 64 anos, enquanto as entrevistas no local alcançaram um público diferente, com idade acima de 80 anos.

Com relação à frequência de visitação, 31% dos idosos visitam o parque entre 1 e 3 vezes na semana e, em sua grande maioria, no turno da tarde (69%), seguida pela manhã (31%). Ao questionar as atividades realizadas no espaço, foi possível elaborar o seguinte gráfico (Gráfico 1):



Gráfico 1: Atividades realizadas no Parque.

Primeiramente, viu-se necessário identificar as principais deficiências e restrições encontradas pelos usuários do local, sendo as principais representadas na tabela abaixo:

Questionário Online		Entrevistas	
Ausência ou imobilização dos membros inferiores	5%	Deficiência visual - baixa visão	31%
Deficiência visual – cegueira	5%	Ausência ou imobilização dos membros inferiores	25%
		Deficiência auditiva	19%
		Deficiência intelectual	13%

Tabela 1 - Deficiências e restrições identificadas de acordo com a técnica utilizada.

Fonte: Autoras (2018)

Utilizando uma escala *Likert*, onde os usuários responderam entre 1 (Muito Ruim) e 5 (Muito Bom), tornou-se possível visualizar a percepção dos participantes quando ao espaço estudado.

Ao questionar os participantes quanto à satisfação geral com o Parque, 50% das respostas avaliaram o ambiente como muito bom, pois não haviam obstáculos ou maiores problemas que impedissem a realização das tarefas pretendidas no espaço.

O Parque possui caminhos formados por paralelepípedos, que contornam toda a área verde. Acredita-se que isso influenciou no resultado, tendo em vista que 38% dos usuários apontam que a pavimentação está muito boa, enquanto apenas 13% responderam como muito ruim.

O nome do Parque é identificado através de uma placa de identificação, que se encontra desgastada pela exposição, além de estar amassada e conter pixações. Observou-se que os indivíduos entrevistados não consideram a identificação visual um fator importante, tendo em vista que o local é conhecido por todos. Os resultados expressam que 34% dos idosos apontaram o quesito "Identificação visual" como muito boa e apenas 13% entedem que é muito ruim.

Ao questionar os usuários quanto à quedas e outros problemas encontrados ao tentar usufruir do espaço, apenas 6% dos entrevistados já havia sofrido quedas no local, e outros 3% dos usuários já havia se perdido dentro dos limites do Parque.

Com relação à qualidade das rampas de acesso, 44% dos usuários as classificaram como muito boas (apesar da dificuldade de identificar a localização das mesmas), 22% afirmam estar insatisfeitos e, para 16% dos entrevistados, as condições são regulares.

Os bancos possuem base de concreto e área de assento em madeira. As lixeiras são apoiadas em hastes de metal e são de material plástico. Apesar dos bancos serem considerados desconfortáveis, mal cuidados e ter pouca quantidade disponível deste mobiliário urbano, 34% dos usuários os classificaram como muito bons, por estarem disponíveis e em condições de uso.

Como sugestões de melhoria, os usuários identificaram a falta de segurança, pouca manutenção e cuidado da área verde e ausência de locais para compra e

consumo de alimentos.

Item	Muito Ruim	Ruim	Regular	Bom	Muito Bom
Satisfação geral com o parque	6%	0%	41%	3%	50%
Pavimentação	13%	3%	16%	31%	38%
Identificação visual	13%	9%	13%	31%	34%
Rampas	22%	9%	16%	9%	44%
Bancos e lixeiras	16%	3%	31%	16%	34%

Tabela 2 - Percepção dos usuários quando ao espaço

Fonte: Autoras (2018)

Visita exploratória

A segunda etapa da pesquisa permitiu, através da visita exploratória, comparar as condições de acessibilidade do local em três dos quatro componentes da acessibilidade espacial (deslocamento, orientação e uso), em contraste com a NBR correspondente.

Em relação ao deslocamento, segundo a NBR 9050 (2015), os pisos devem possuir material antiderrapante, com padronagem que evite a sensação de insegurança. No caso do Parque, observam-se calçadas, no geral, de boa qualidade. Porém, não há aplicação de sinalização tátil direcional, mas apenas alerta, identificando obstáculos (como postes ao longo do percurso), e o desnível entre a calçada e o leito carroçável. Em alguns casos, ainda é possível observar a presença de piso tátil de alerta, todavia, sem a existência de obstáculos no percurso. Acredita-se que foram previstos dessa forma considerando possível instalação de mobiliário urbano nestes locais.

As rampas de acesso, conforme a Norma Brasileira de Acessibilidade, devem possuir inclinação de até 8,33% e, no caso de reformas, de até 12,5%. No entanto, identificou-se rampas com desnível superior ao recomendado, o que gera desconforto e dificuldade de acesso para os usuários que utilizam cadeiras de rodas, principalmente.



Figura 2 - Calçadas e rampas

Fonte: Autoras (2018)

A sinalização deve ser utilizada de, pelo menos, duas formas distintas, como visual e tátil ou visual e sonora. No Parque, porém, há apenas um mapa do local, que oferece a informação de forma visual, tornando impossível a troca de informações com usuários com deficiência visual e/ou iletrados. O mapa não apresenta letras grandes e contrastantes, dificultando a leitura por indivíduos com baixa visão.

Na entrada do Parque há uma placa com o nome do local de forma visual. Contudo, está bastante deteriorada com manchas e restos de adesivos.



Figura 3 - Mapa para orientação espacial

Fonte: Autoras (2018)

Em se tratando do componente de acessibilidade uso, segundo a norma, deve existir, no mínimo, um sanitário acessível por pavimento em espaços públicos. Porém, o espaço destinado ao sanitário acessível é fechado e preenchido com materiais de limpeza. Não há área de manobra para cadeiras de rodas no sanitário. Além disso, a porta tem abertura para dentro, tornando inviável o uso para usuários que utilizem cadeiras de rodas.

Junto às pias, também não existe espaço que proporcione áreas de aproximação e as torneiras não são de acionamento automático, exigindo o movimento de giro para a liberação da água, impossibilitando o uso para indivíduos com restrições motoras ou, até mesmo, deficiências intelectuais. Também não foram previstas e instaladas barras de apoio para auxílio dos usuários com dificuldades motoras.



Figura 4 – Sanitários

Fonte: Autoras (2018)

O parque também conta com um bebedouro ativo, que possui um pequeno degrau em sua base e não oferece espaço que permita a aproximação por pessoas em cadeiras de rodas. Além disso, o mesmo possui altura de 1,20m de altura, impossibilitando o uso por pessoas em cadeiras de rodas, de baixa estatura e ou usuários com nanismo.



Figura 5 – Bebedouro

Fonte: Autoras (2018)

7 | CONCLUSÕES

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou compreender conceitos importantes sobre o assunto abordado, além do reconhecimento da percepção espacial de indivíduos idosos sobre o Parque Dom Antônio Zattera sob o enfoque da acessibilidade.

Com base nos resultados obtidos na entrevista e no questionário online, foi possível identificar as restrições ou deficiências que mais manifestam-se nos idosos frequentadores da Praça. Na entrevista, a principal restrição está relacionada a questão visual □ baixa visão (31%), seguida da ausência ou imobilização dos membros inferiores (25%), enquanto que no questionário online, a deficiência visual □ cegueira (5%) e a ausência ou imobilização dos membros inferiores (5%) foram as únicas

restrições relatadas.

A maioria dos idosos visita o parque no turno da tarde, de uma a três vezes na semana. As idades com maior repetição, conforme entrevista e questionário online, foram de 60 a 64 anos e acima de 80 anos, respectivamente. Com relação às atividades desenvolvidas, é possível afirmar que as mais frequentes envolvem a circulação, atividades de lazer e de interação interpessoal.

No que diz respeito à percepção do espaço e a acessibilidade, a maior parte dos indivíduos relatou ser muito satisfeita com o Parque (50%), enquanto que apenas 6% estão muito insatisfeitos. A maioria apontou a identificação visual e a pavimentação como muito boas (34% e 38%, respectivamente). Com relação às rampas de acesso, apesar de poucas, a maioria também avaliou como muito boas (44%). Já quanto ao mobiliário urbano, como bancos e lixeiras, 34% avaliaram como muito bons. Entretanto, 31% dos entrevistados entendem as condições como regulares.

De modo geral, com base nas respostas dos usuários do Parque, o mesmo encontra-se acessível para idosos e possibilita que pessoas com deficiências e restrições usufruam o espaço.

Com base nos resultados da visita exploratória, foi possível identificar aspectos positivos e negativos quanto a três dos quatro componentes de acessibilidade espacial do Parque: deslocamento, orientação e uso.

Quanto ao deslocamento, notou-se que as rampas de acesso não estão de acordo com a norma, causando dificuldade e desconforto. Já o piso das calçadas se constitui de material antiderrapante e está de acordo com a normativa. No geral, as calçadas são de boa qualidade e possuem sinalização tátil de alerta nos limites entre a calçada e o leito carroçável. Porém, existe pouca sinalização tátil direcional e há piso tátil alerta instalado em locais onde não há obstáculos no percurso.

Em relação à orientação espacial, não existe sinalização sonora, nem direcional tátil. Há, somente, sinalização visual através de um mapa do Parque e de uma placa com o seu nome, o que acaba impossibilitando que usuários com deficiência visual obtenham informações.

Por fim, tratando-se do componente uso, cabe ressaltar que os sanitários e bebedouros não podem ser utilizados por todos os indivíduos que frequentam o Parque. Exemplo disso é que as pessoas em cadeiras de rodas não podem utilizar os sanitários, pois o sentido de abertura das portas é para dentro, além de não possuírem área para aproximação junto à pia. Outro exemplo é que os indivíduos que possuam deficiência, ausência ou limitação nos membros superiores podem ter dificuldades no uso das torneiras, tendo em vista que há necessidade de movimento de giro para seu acionamento. Por fim, não existem barras de apoio que facilitem o uso por pessoas com dificuldades motoras. Quanto ao bebedouro, está instalado em área que possui um degrau em relação ao piso adjacente, em uma altura de 1,20 metros, o que impossibilita o uso por pessoas de baixa estatura ou em cadeira de rodas.

Em consequência do exposto, nota-se que o Parque requer algumas intervenções

a fim de garantir condições de acessibilidade a todas as pessoas.

Conclui-se, então, que o Parque é acessível na visão dos usuários, mas que cabe aos pesquisadores e gestores municipais a constante atenção para resolver questões estruturais que ainda impossibilitam o acesso universal.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, M. L.T.; PINTO, E. B.; GHIRARDI, M. I.G.; LICHTIG, I.; MASINI, E. F.S.; PASQUALIN, L. **Conceituando deficiência**. Revista de Saúde Pública, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0034-89102000000100017&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 17 Dez. 2018.

ANDRADE, Isabela Fernandes. **Sistema informacional para a orientação espacial em terminais aeroportuários a partir das estratégias adotadas pelos indivíduos**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Programa de Pós-graduação - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, 378p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/173260>>. Acesso em 20.mar.2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

BARTALINI, Vladimir. **ÁREAS VERDES E ESPAÇO LIVRES URBANOS**. Paisagem e Ambiente □ Ensaios II. Universidade de São Paulo, 1986, 50p. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i1-2p49-56>>. Acesso em: 23.mar.2018.

BINS ELY, V. H.; DORNELES, V. G. **Acessibilidade espacial do idoso no espaço livre urbano**. ABERGO, p. 8, 2006.

BRASIL. **LEI Nº 10.741** de 2003. Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

BRASIL. **LEI Nº 13.146** de 2015. Estatuto da pessoa com deficiência. Brasília, 2015.

DISCHINGER, Marta, BINS, Ely, PIARDI, Sonia Maria. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público**. Florianópolis: MPSC, 2012. Acesso em 13.abr.2018.

DORNELES, V. G.; BINS ELY, V. H. M. **Áreas Livres Acessíveis para Idosos**. Paisagem Ambiente: ensaios, n. 22, p. 299–308, 2006.

FLACH, Cláudia Werner; BERDETE, Maiara Moreira. **PRAÇAS, PARQUES E AVENIDAS: ÁREAS VERDES E SUA IMPORTÂNCIA COMO ESPAÇO DE LAZER EM PELOTAS**. CIÊNCIA E NATURA. vol. 38, núm. 1, enero-abril, 2016, pp. 195-205. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=467546196018>>. Acesso em 23.mar.2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PRAÇA JULIO DE CASTILHOS : MONUMENTO A JULIO DE CASTILHOS**. PELOTAS, RS. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445794&view=detalhes>>. Acesso em 24.mar.2018.

INAGAKI, Rosana Kasumi; YAMAGUCHI, Miriam Harumi; KASSADA, Danielle; MATSUDA, Laura Misue; MARCON, Sonia Silva. **A VIVÊNCIA DE UMA IDOSA CUIDADORA DE UM IDOSO DOENTE CRÔNICO**. Ciência, Cuidado e Saúde. Vol.7, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/20802/pdf>>. Acesso em 23.mar.2018.

MAZZOTTA, M. J. da S.; D'ANTINO, M. E. F. **Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer**. Revista Saúde e Sociedade, 2010.

Disponível em: < https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0104-12902011000200010&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 17 Dez. 2018.

MONTELLI, Clarissa Castro Calderipe. **AVALIAÇÃO ESTÉTICA E USO DE TRÊS PRAÇAS EM PELOTAS/RS**. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13186/000641451.pdf;sequence=1>>. Acesso em 23.mar.2018.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **RESUMO: RELATÓRIO MUNDIAL DE ENVELHECIMENTO E SAÚDE**. 2015. Disponível em: <<http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>>. Acesso em 23.mar.2018

PERSON, Elizangela. **ESPAÇOS DE PERMANÊNCIA E PASSAGEM: CONTRIBUIÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS E DE ACESSIBILIDADE PARA O DESENHO URBANO**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação - Universidade de Brasília. Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5147/1/elisangela_person.pdf>. Acesso em 21.mar.2018.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. **O ENVELHECIMENTO NA ATUALIDADE: ASPECTOS CRONOLÓGICOS, BIOLÓGICOS, PSICOLÓGICOS E SOCIAIS**. Estudos de Psicologia. Campinas p.585-593, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>>. Acesso em 24.mar.2018.

SILVA, G. L. C. DA. **A DINÂMICA DAS INTERAÇÕES SOCIAIS E SEUS LIMITES: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NA PRAÇA DOM ANTONIO ZATTERA – PELOTAS – RS**. [s.l.] Universidade Federal de Pelotas, 2017.

SOBRE A ORGANIZADORA

Bianca Camargo Martins - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde desenvolve uma pesquisa sobre a viabilidade da implantação de habitação de interesse social na área central do Município de Ponta Grossa – PR. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-265-4

